



**A. Domingues de Azevedo**  
Presidente da CTOC

**Opinião da CTOC** | A *flat tax* é um sistema que pretende ser igualitário, mas que desenquadra por completo o cidadão da realidade e das suas especificidades, sendo um passo para uma tributação desumanizada e para a despersonalização da realidade concreta do devedor do imposto

## A *flat tax* e a tributação desumanizada

Os portugueses estão divididos. A maioria dos nossos compatriotas pretende a redução dos impostos em 2008, contrariando a decisão do Governo, justificada em nome do controlo do défice orçamental. Contudo, um largo número de cidadãos compreende a conjuntura de sacrifício que está a ser seguida pelo poder político e o adiar da decisão por que muitos anseiam. Trata-se de uma discussão sempre fracturante, mas que não pode estar ao sabor das conveniências e interesses políticos.

Antes de mais, é pertinente responder à seguinte pergunta de partida: o maior grau de cumprimento fiscal, aliado à boa performance da máquina fiscal, justifica ou não uma redução dos impostos em Portugal?

Na minha perspectiva, sim, mas não para já. Todos concordam que é preciso esforços e respostas colectivas para a redução da despesa e do défice, mas de preferência sacrificando o vizinho ou o colega de trabalho. Tudo está perfeito quando toca aos outros, o pior é quando toca no nosso próprio bolso. Até se chegar ao momento para reduzir impostos, os sacrifícios têm de continuar e para todos, em paralelo com uma cultura de exigência no controlo e gestão dos dinheiros públicos. E nesse aspecto os políticos têm de ser os primeiros a dar o exemplo. Continuando o caminho de consolidação que há quase três anos vimos trilhando, teremos, em breve, reunidas as condições para baixar a carga fiscal.

Importa dizer o seguinte: a nossa carga fiscal não é ele-

vada comparativamente à grande parte dos países europeus. Não podemos é comparar-nos com a França, Alemanha, a Noruega ou a Suécia, no que estes estados oferecem aos cidadãos, por efeitos dos impostos que pagam. Por isso, digo, que um contribuinte não deve questionar o que paga, mas o que recebe em troca do que paga. Saúde, Justiça e Educação são sectores onde as contrapartidas aos sacrifícios colectivos deviam ser superiores. São sectores há muito em crise, com poucos resultados, burocratizados, pouco amigos dos cidadãos e que proporcionam maus serviços aos que os procuram. O bem-estar dos cidadãos ressentem-se.

Actualmente, não há margem para uma descida geral dos impostos, mas creio que é altura de se estudar, com carácter prioritário, uma descida da taxa do IVA, que é o tributo que mais incide sobre a capacidade financeira dos cidadãos. A capacidade financeira de muitas famílias está, em muitos casos, praticamente preenchida pela pressão fiscal, mas estou em crer que a "travessia no deserto" pode durar, na pior das hipóteses, mais um ano. Os tempos assim o exigem. O ano de 2009 deverá corresponder a um período de maior desafogo.

Até lá, a lógica seguida terá de ser a seguinte: se todos pagarem o que devem, todos poderemos pagar um pouco menos. O eterno objectivo de se atingir um sistema fiscal mais justo não deve ser abandonado. Concordo com a simplificação do sistema fiscal para torná-lo menos complexo e o seu funcionamento mais transparente

e compreensível aos olhos da maioria dos cidadãos, desde que não se caia nessa moda perniciosamente chamada *flat tax*. Uma enorme fonte de injustiças que até seria um bom mecanismo se aplicado nos primórdios da fiscalidade, nomeadamente em sociedades com défice de desenvolvimento e em países desprovidos de tradição fiscal e incapaz de dar lições de cidadania, justiça e equidade. A *flat tax* caracteriza-se pelo seu anacronismo gritante, pese embora ser uma moda bem acolhida nos países da antiga "cortina ferro". Trata-se de um sistema que pretende ser igualitário, mas que desenquadra por completo o cidadão da realidade e das suas especificidades, sendo um passo para uma tributação desumanizada e para a despersonalização da realidade concreta do devedor do imposto. O meio que se insere e a dimensão da família, são alguns dos requisitos imprescindíveis para a implementação de um mínimo de justiça fiscal.

A simplificação universalizada do processo de tributação, porque desfasada da realidade concreta a que se pretende aplicar, conduziria inexoravelmente à criação de injustiças que foram afastadas do nosso ordenamento jurídico com a reforma fiscal de 1989 que, não obstante alguns excessos que posteriormente se verificaram, tem os ingredientes propícios a uma maior transparência e equidade fiscal.

Se alguma vez fosse implantada em Portugal, a *flat tax* constituiria, não tenho dúvidas, um sério recuo no conceito de tributação. ▀